



Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional.

A DEMOCRATIZAÇÃO NO PENSAMENTO DE LUKÁCS E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

LUCI FARIRA PINHEIRO¹

Resumo: O artigo aborda a concepção de democratização em Lukács, onde a dialética é o método para exercer a crítica da realidade sobre a qual o homem desenvolve, através do trabalho, alternativas de emancipação. A política é uma dimensão da práxis de domínio do homem sobre a natureza, nos limites que encontra no cotidiano e de acordo com as condições sócio-históricas e o grau de desenvolvimento econômico. O objetivo é subsidiar o debate sobre a relação teoria e método no trabalho do Assistente Social, onde o cotidiano supere a superficialidade como espaço de democratização, por meio da práxis coletiva.

Palavras-chave: Democratização; Cotidiano ; Georges Lukács ; Serviço Social.

Abstract: The article approaches the conception of democratization in Lukács, where the dialectic is the method to exercise the critique of reality on which man develops, through work, alternatives of emancipation. Politics is a dimension of the praxis of man's dominion over nature, within the limits he finds in daily life and in accordance with socio-historical conditions and degree of economic development. The objective is to subsidize the debate about the relation theory and method in the work of the Social Worker, where everyday life surpasses superficiality as a space for democratization, through collective praxis.

Keywords: Democratization; Daily; Georges Lukács ; Social Work.

I - INTRODUÇÃO

Um marco na trajetória política e filosófica de G. Lukács é seu ingresso no movimento operário e, logo depois, no PCH (Partido Comunista Húngaro), atuando no governo socialista da República dos Conselhos, na Hungria. A concepção de democratização nasce ainda no período de radicalização anticapitalista, como jovem marxista, na esquerda do partido, onde é condenado pela tese reformista, chamada Teses de Blum, baseada em sua experiência com os conselhos operários. Em Moscou, as reflexões políticas se adensam em face do stalinismo que se afasta das ideias de Lênin. A convicção em torno da importância de resgatar a originalidade do pensamento de Marx, Engels e Lênin, orienta a contribuição de Lukács ao

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <farialui@uol.com.br>.

“renascimento do marxismo”. No período de maturidade, a abordagem democrática de Lukács se integra à ontologia marxista, sem contudo, inseri-la em sua obra final de definição dos pressupostos de uma ética marxista. Por isso, seu pensamento político seria uma crítica da democracia burguesa, que deve ser preliminar e também permanente no socialismo. Essa crítica é decorrente dos grandes conflitos mundiais vividos de perto pelo pensador, associado ao surgimento do proletariado como um novo sujeito histórico.

Alguns aspectos de não ruptura entre o jovem marxista e o filósofo da maturidade tem como contraponto o positivismo e a social-democracia alemã, onde a história independe da vontade humana. Propomos resgatar neste texto as reflexões políticas de Lukács, procurando situar a sua importância para a relação do trabalho do assistente social com formação de uma nova cultura mediante sua postura ético-política, em condições de crise e aprofundamento do pensamento burguês, ou seja, como método de resgate da realidade e do conhecimento necessário à consecução de seus valores e a formação de uma consciência político-profissional, consequente.

II - DESENVOLVIMENTO

POLÍTICA, COTIDIANO E DEMOCRATIZAÇÃO NA CONCEPÇÃO DE LUKÁCS

Lukács julga ser uma tarefa decisiva do marxismo a crítica ao pensamento burguês e para tal o enfrentamento do próprio positivismo no interior do movimento comunista. Ao publicar os escritos políticos de sua fase madura, longamente afastado da política no cotidiano, o filósofo revela uma perspectiva democrática que é recuperada das experiências políticas socialistas e da reflexão filosófica acumulada à luz do pensamento de Marx, Engels e Lênin. A democracia representa a base, o processo ou a história da práxis revolucionária, assim ele aborda os limites no processo de construção do socialismo pelo PCUS, entre os quais a burocracia, mediante o pensamento de Lênin para além das decisões táticas.

Lukács (2011) explica que não havia nenhum interesse no partido em “garantir efetivamente o desenvolvimento socialista por meio do aperfeiçoamento e

da consolidação dos germes de democracia socialista existentes”. A tática era interpretada por Lênin de forma realista, por ser “um analista excepcionalmente agudo das situações concretas e das concretas decisões alternativas que resultavam de tais situações”. Mas, como um autêntico marxista, as decisões significam “sempre e somente momentos parciais do grande desenvolvimento histórico do gênero humano”. Outro elemento importante é que Lênin sintetizava “as tendências históricas do presente” como “fundamento de uma estratégia capaz de determinar a práxis” (p. 25), embasada previamente em pesquisa científica e histórica, o que não mais será considerada uma condição, após a morte de Stalin. Com Stalin a tática ganhava prioridade, tanto em questões imediatas quanto em decisões de mais amplo espectro e sempre sem o conhecimento histórico e científico, que quando recuperado, apenas justifica a tática adotada. O filósofo identifica nessa tendência, os traços da social-democracia e de um movimento ideológico iniciado por Bernstein e seguido nos programas mais recentes dessa corrente, que vão desembocar num anti-marxismo, adaptação de técnicas manipuláveis pelos partidos da burguesia. Se antes do Congresso de 1903 Lênin já usava como fonte da práxis a teoria marxista, seus sucessores não apenas abandonam tal orientação como dão novo aspecto ao marxismo, agora numa perspectiva formal e linear. Esta orientação traduzia uma tendência do movimento revolucionário, que tinha dificuldades de estabelecer uma unidade entre a teoria de Marx e os encaminhamentos práticos e táticos, que, via de regra, estão relacionados à liderança intelectual, cuja tradição fora iniciada por Marx no partido social-democrata, sucedido por Engels e tão somente após a sua morte é que tal confronto toma força. Lênin teria sido, na visão de Lukács, o intelectual, como Marx e Engels, a incorporar o papel de mediação do marxismo no movimento socialista russo com a organização política. Essa tendência no movimento, de incapacidade de pensar o socialismo a partir do pensamento nuclear de Marx, é uma lacuna objetiva que procura ocupar, desenvolvendo estratégias que o colocam no lugar de Lênin e Marx, mas distorce o método original deste. Lukács sintetiza as consequências sobre a práxis:

De certo, a extensão, a intensidade, o conteúdo, a direção, etc. da práxis são definidos e determinados, em cada situação concreta, pelo grau de desenvolvimento econômico da condição social

específica. A parcela do trabalho socialmente necessário que é convertida em trabalho excedente socialmente liberado pela revolução proletária, e que pode assim ser utilizado para esta finalidade de dar sentido à atividade do homem, é determinada pelo desenvolvimento econômico. (Lukács, 2011, p. 144)

A política e o cotidiano são exemplificados de forma interligada aos conselhos operários como um pressuposto da democracia popular, que defendera nas referidas *Teses de Blum*. Para o autor, a política não se confunde com vida cotidiana imediatamente dada, ela é antes um conjunto dado pelas circunstâncias, o contexto da realidade, e a capacidade de se fazer escolhas que melhor atendam às condições existentes e ao poder que detém os dirigentes sobre a realidade possível de ser transformada pelas forças socialistas, então constituídas. Lukács acreditava que a partir do cotidiano, devia se estabelecer um embate ideológico em nome do poder do povo, ou seja, democratizar o cotidiano, nas relações de trabalho, apropriando da riqueza construída e formando novas consciências, capazes de superar os atributos de uma consciência dada pelo poder. Em seu pensamento político a cotidianidade significa a essência, a base de uma nova cultura, densa de historicidade, que gera novos hábitos, oriundos de uma socialização das relações de trabalho e de produção. Democracia significa cultura, educação, trabalho, componentes ontológico-sociais, conquistados de forma coletiva, se fazendo na imersão, no conjunto, pela práxis humana, pela teleologia. Estas relações não dominam totalmente o homem, uma vez que a solidariedade no trabalho, as organizações operárias, são esferas de socialização, que orientam o processo de trabalho, estabelecendo relações democráticas. Lukács (2007) pensa aqui num progresso contínuo da humanidade, porém sob formas coletivas de apropriação do conhecimento e da riqueza material produzida. Essas ideias ele registra em “As tarefas da filosofia marxista sobre a Nova Democracia”, uma palestra realizada em dezembro de 1947 em Milão, por ocasião da “Conferência Internacional dos Filósofos Marxistas”.

O filósofo marxista ao abordar a cultura, menciona a necessidade de mudanças na formação de novos quadros, porque nem tudo se aprende a priori, havendo condições para que a nova democracia se realize. Somente transformações nas condições concretas de vida do povo podem gerar uma nova relação desta com o Estado e a economia e, portanto, uma outra consciência. Trata-

se de uma concepção marxista da vida, pois: “o homem se forma em seu trabalho e através de seu trabalho. O homem social novo se forma ao mesmo tempo em que constrói a nova sociedade”. Ao mesmo tempo que afirma a ideia de uma sociedade nova, Lukács remete à uma nova cultura, sem idealização ou abstração, mas trata-se de uma continuidade dialética, um “salto qualitativo”, “algo que contém simultaneamente a “descontinuidade”, a formação da novidade qualitativa, o salto” na continuidade elabora sempre uma nova cultura. (Lukács, 2007, p. 62-65).

A democracia socialista foi representada após 1917 nos conselhos ou soviets, inspirados na Comuna de Paris (1871) e retomados em 1905 na Rússia. Lukács mostra as contradições que podem esconder um movimento de massa, pelo caráter espontâneo e o contexto de sua eclosão. Primeiramente, ele nota que a força dos conselhos é derivada da capacidade de “envolver os homens em sua concreta vida cotidiana, em seu local de trabalho, em suas casas, etc.” para progressivamente ou mesmo de repente dar um “salto”, adotando uma atitude “revolucionária” em relação às questões maiores presentes na sociedade. Disso resulta a lição de passagem da vida cotidiana ou da espontaneidade à grande política, podendo ocorrer de forma instantânea num dado contexto, diferente de épocas onde as exigências sejam menores, tal como a urgência de paz em um período de intenso conflito, como em 1917. Lukács retira da experiência de expansão dos soviets no período de Stalin, a oposição entre espontaneidade e o “agir consciente”, onde as ações espontâneas são subestimadas, mas Lênin as interpreta como um germe da consciência. As revoluções são momentos de elevação da consciência dos homens, mas de forma condicionada à uma única possibilidade: que as grandes questões passem a constituir também um problema cotidiano na vida da população, tornando parte de suas ações e não um mero conhecimento sob poder de especialistas e lideranças. Na revolução de 1917, essa experiência ocorreu nas questões iminentes da sociedade e do Estado, garantindo que “o governo dos soviets não perdesse enraizamento na vida popular cotidiana”. Observa-se o peso de Lênin na visão de Lukács, mas também uma superação. O risco iminente de um aprofundamento dos conselhos seria a deformação burocrática, quando na base da organização tem um problema estrutural fundamental, tornando impossível uma aliança entre camponeses e operários para sua superação, cujo “entusiasmo revolucionário” presente em Lênin não resolveria

tampouco. (Lukács, 2011, p. 145-147). Netto observa que os textos políticos de Lukács originaram das “exigências decorrentes das concepções teórico - filosóficas e a injunções do seu protagonismo como sujeito político”. (Netto apud Lukács, 2011, p. 21)

Feita tal observação, pode-se sintetizar a ideia de democracia socialista como “órgão da auto-educação do homem”, no sentido de criar “as bases do comunismo no ser e na consciência”, tendo como mediação a economia, que por sua vez é determinada pela ideologia. Embora entenda esta como uma novidade no socialismo, Lukács (2011, p. 141-142) identifica um problema ao qual cabe tão somente à atividade dos trabalhadores dar resposta. A ideologia seria na *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx, um “meio social” que permite aos homens a concepção do nível de contradição presente na economia. A ideologia é um “conjunto de meios através dos quais os homens tornam-se capazes de tomar consciência de tais conflitos e de enfrentá-los na prática”. A solução deve estar num processo, em cuja práxis dos trabalhadores, eleva-se a consciência, conforme Lênin pensava a educação, na superação do analfabetismo, na economia Russa. Tal práxis levaria à superação do subdesenvolvimento, dando condições aos indivíduos para resolverem as contradições da vida cotidiana, ampliando e aprofundando as condições de aperfeiçoamento do indivíduo, após romper o domínio de uma classe sobre os meios de produção e socialização dos mesmos.

A sociabilidade é um dado que acompanha, desde o início, o processo pelo qual o homem se torna homem; mas, nas sociedades de classe, esta sociabilidade se apresenta à crescente interioridade dos homens como uma objetividade alienada. Em sua máxima e mais profunda expressão, a democracia socialista (...) transforma os produtos aos quais os homens chegam inconscientemente (...) em objetos produzidos conscientemente pelos próprios homens. (Lukács, 2011, p. 144).

Infranca (2005, p. 119) observa, que a política no último Lukács compreende também a cultura desenvolvida a partir do “trabalho bem feito”, o que acompanha desde a origem até a crítica cultural do trabalhador no processo de produção e “recoloca o problema da estreita relação entre cultura e democracia”. O conhecimento dos complexos problemáticos que envolvem o processo de produção exige do trabalhador uma “intervenção crítica e o controle” deste processo.

Parece-nos importante destacar a importância da relação entre ética e política em Lukács, o que remete às suas reflexões sobre o trabalho, mas que o autor não conseguiu aprofundar dentro de sua obra final. Lukács (2007) em “A responsabilidade social do Filósofo”, texto correlato à *Ontologia do Ser Social*, fala da importância do marxismo para o avanço do conhecimento sobre a ética, inicialmente por sua distinção das teorias sociais que coisificam o indivíduo, dando-lhe uma legalidade própria e inumana. O marxismo permite pensar as leis da economia como objetivas e definidas pelo homem, ou como complexo de relações do homem em interação com a natureza. Estas leis sintetizam ações humanas, por meio de complexos e mediações, contrastando com Hegel onde “as formas mitológicas alcançam aqui uma objetividade científica”. Para Lukács o trabalho “só pode adquirir um significado universal se considerado literalmente como trabalho físico (que é, ao mesmo tempo, também espiritual), ou seja, se da ontologia do homem desaparece qualquer transcendência sobre-humana (p. 226-227). A dualidade dialética sempre dada à ética pelos homens ocorre, ao contrário, de forma natural e social. Citando Marx “O indivíduo é o ser social. (...) A vida individual e a vida genérica do homem são *diversas* (...)” (p. 228) e unicamente sua forma de realização, o movimento dialético das contradições, é passível de mudanças no curso histórico-social; o trabalho é o fundamento da unidade, da persistência e da mudança.

A política é fundamentada como espaço de criação e de reprodução da atividade humana em direção ao humano-genérico, ou como mediação prática, social e racional do processo que envolve o desenvolvimento humano, portanto está presente na pré-idealização ou na teleologia que direciona e almeja a realização humana, nas lutas pela igualdade e emancipação no plano concreto, contínuo e pleno.

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE LUKACS AO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

A concepção de democracia desenvolvida por Lukács a partir da ontologia marxista, é parte da própria existência do ser social, que ele formula desde jovem

marxista, debruçando-se sobre a obra de Hegel e dela resgatando a dialética, identificando na teologia o instante que lhe permite compreender melhor no cotidiano suas características heterogêneas, superficiais e instantâneas; em síntese, é o movimento de vinculação ao gênero humano ou de suspensão do provisório em direção à emancipação humana. (Lukács, 1981).

O cotidiano é para Lukács a base da história, de qualquer ação humana em busca da realização, aprofundando-o através do pensamento de Marx seus fundamentos dialético-materialistas e, na democratização, o resultado de tais elaborações, a partir das necessidades coletivamente organizadas, assim como, do reconhecimento dos limites do socialismo na Rússia: a realidade da Hungria é uma constante na experiência política de Lukacs, onde o sistema soviético exerceu um poder autoritário, sem considerar as particularidades e a tradição socialista existente, como base de uma diversificação e expansão do socialismo na Europa.

Ao compreender o cotidiano como complexo do real que caracteriza as contradições na formação e emancipação do ser social, o legado político de Lukács torna-se inspirador ao trabalho do Assistente Social, para um processo de desvinculação no cotidiano. Neste predominam dinâmicas reprodutoras do real ilusório, assim demarcando o domínio ideológico do projeto hegemônico da burguesia em que circunscreve a funcionalidade profissional, operada por mediações construídas constantemente, para a reprodução de um projeto competitivo que não permite a liberdade do indivíduo e a realização do ser social. A democratização é uma complexidade que se desenvolve no afastamento das barreiras, realizado em permanência, que responde e ao mesmo tempo coloca novas questões à sociedade civil, às organizações, conselhos de direitos, usuários dos serviços prestados e suas representações, elevadas a um plano superior, por meio de movimentos sociais, frentes ou alianças que pressionam o poder para a conquista das condições de vida necessárias. As possibilidades objetivas de conquistas sociais são sempre relativas ao tempo histórico, de avanço e recuos do homem no domínio da natureza. O que exige um método de compreensão e de ação dos limites objetivos que o cotidiano manifesta enquanto base de sua superação e reprodução das barreiras, ao mesmo tempo subjetivas na consciência do homem. A cada derrota nas instâncias formalmente democráticas, não apenas ocorre um recuo das conquistas materiais, como também, um acúmulo de conhecimento sobre as

formas de apropriação do intelecto dos homens em benefício de interesses menores. Estes momentos servem de lição para o avanço da praxis social, política e profissional, gerando novas habilidades mediante as quais a crítica e a auto-crítica são componentes essenciais de uma nova cultura profissional, substanciando o momento ético-político de operação da relação entre objetividade e subjetividade. Este é o instante de reflexão em busca de compreensão e organização de estratégias para superação da lógica reprodutora, momento que Lukács entende como suspensão do cotidiano ou como salto ontológico, pois recoloca o indivíduo na condição de gênero humano, munido de habilidades que o projetam como ser social e o recoloca como sujeito histórico; o que se faz mediante relações concretas que no cotidiano produz resultados também concretos, mesmo que gere novos complexos a exigir o conhecimento adequado, como parte do processo de democratização necessário aquele salto, que almejado conscientemente, representa a humanização qualitativa do próprio gênero.

Não se pode nessa construção coletiva, idealizar a superação da ordem capitalista por meio do trabalho especializado ou de suas organizações corporativas. Estas são instrumentos de formação da consciência do grupo, que consciente do alcance humano-genérico de seu projeto profissional, o tencionam no sentido de abrir-se para além do imediato, criando caminhos de passagem e unidade das diversas formas de socialização identificadas ao mesmo projeto ou carentes de instâncias políticas que vislumbrem transformações reais nas condições de vida e de trabalho. A concepção de ética e de política formam uma unidade na relação com a teleologia, a ideologia e a práxis social. Portanto, não pode haver hesitação quanto aos impasses que o projeto profissional vivencia frente aos objetivos institucionais determinados pelo Estado, em suas funções contrárias à democratização da sociedade civil, no capitalismo maduro. O aprofundamento das contribuições da política em Lukács, requer uma dimensão dessa unidade entre política e filosofia, ética e ontologia. Nesse sentido, a ética torna-se construto do momento de elevação do ser social, o que compreende a práxis política enquanto totalidade histórica. A cultura não está separada desse complexo, ela é a própria política num plano elaborado e ao mesmo tempo, como processo de formação da consciência, complementar à subjetividade que se explicita na objetivação do trabalho e do ser social, como sujeito e objeto, objetivação e exteriorização. O Assistente Social é

sujeito e objeto de seu próprio processo de humanização, aperfeiçoamento, que se distancia de si mesmo e ao mesmo tempo, tem recursos para inscrever-se e recolocar-se no caminho da emancipação, porém sem jamais entender-se como sujeito exclusivo ou como indivíduo isolado e impotente, justamente pela essência ontológico-social de seu fazer profissional, vinculado a uma ordem sócio-econômica que dele depende para reproduzir-se. Embora em momentos de crise profunda, a tendência ao desaparecimento de profissões possa ameaçar a existência deste trabalho especializado, essa deterioração é também o estágio de auto-destruição da humanidade, processo no qual toda a sociedade é comprometida.

Tais reflexões desenvolvidas ao longo do presente trabalho, nos remete para fins de ilustração da objetivação do ser social no capitalismo, como constitui o trabalho do assistente social, a algumas experiências sociais, políticas e profissionais, ao mesmo tempo, em esferas onde a democratização radical foi uma escolha de seus sujeitos. Embora limitadas no marco de uma ordem hegemônica mediatizada pelos interesses capitalistas e operando-se cotidianamente no enfrentamento dos efeitos das contrarreformas do Estado, sobretudo a partir dos anos 1990, tais experiências foram delimitadas para aprofundamento da perspectiva de Lukács como referencia para refletir sobre um processo largamente instituído no país, de esvaziamento dos valores democráticos. Elas se constituem como expressão da resistência do coletivo profissional e de identificação ou amparadas no projeto ético-político dos assistentes sociais, que tem seu ponto culminante no início da década de 90, portanto demarcando seu nível de consciência na virada do século XXI, mediante uma vivência profissional e um nível de organização política e acadêmica, se manifestando como possibilidade de antecipação dos atributos necessários à passagem e a superação da ordem capitalista em benefício dos interesses gerais dos trabalhadores.

Esboçamos a seguir algumas características de duas experiências, inscritas no contexto do capitalismo periférico no Brasil, que em contradição com os ganhos sociais conquistados no marco de abundância do capitalismo tardio nos países desenvolvidos, coloca barreiras à garantia de direitos, assim como, reduz a força dos movimentos sociais, mas em diálogo e incentivando as iniciativas voluntaristas precarizadas de organizações não governamentais. Mas a história recente de retorno da democracia no país, na década de 1980, produz conquistas sociais que

de acordo com o projeto de mundialização da economia, comandado pelos princípios mais radicais de autonomia do mercado na gestão da vida social, devem se adequar à ideologia do neoliberalismo.

1. Essa experiência do Programa Médico de Família em Niterói contou com a participação efetiva dos Assistentes Sociais, tendo como ganho para a categoria a conquista de um espaço na gestão municipal do mesmo, graças ao caráter participativo do modelo e reconhecimento da identificação desse profissional, a despeito do médico, cuja tradição no setor é de poder. Porém, a transferência da gestão para o movimento popular é para ela também uma mudança de função e de projeto que destrói a autonomia política da mesma.

Ao inscrever no texto constitucional a garantia da saúde enquanto um direito assegurado por um conjunto de políticas sociais e econômicas, a constituição federal de 1988 consagra um período de intensas lutas vividas, não só por profissionais do setor, mas, por toda a sociedade brasileira em um percurso histórico onde, mais do que assistência à saúde, se lutava pela garantia da saúde enquanto direito de cidadania. (Rolim e Pinheiro, 2017, p. 113)

A garantia da participação paritária nos conselhos de direitos na área da Saúde, encontra em Niterói um ingrediente importante, ao lado de uma administração de esquerda na prefeitura municipal, que se beneficia e se elege em consequência dessa mobilização propiciada pela redemocratização do país e a constituição de 1988. Uma “presença de movimentos populares inicialmente ligados à legalização da posse de terras pode ser evidenciada em diversos setores da história da cidade”, é parte das forças progressistas no município. O que na área da Saúde garante uma “forma de organização política-administrativa da secretaria municipal e sobre a organização dos modelos de atenção a saúde desde a década de 1970”. Um antecedente desse processo de descentralização da política de Saúde para os bairros populares é o Projeto Niterói onde a participação da população no local e na gestão, redundava no atual modelo de medicina de família, tendo como referência a experiência de Cuba, mas de acordo com a legislação sanitária brasileira. A gestão e a estruturação da proposta, como garante a legislação municipal se efetiva em conjunto com a comunidade e as associações de moradores, que são preparadas para atuação nas diversas fases do programa, a

começar pelo diagnóstico, que é realizado a partir de uma convocação aberta dos moradores. O Programa se desenvolve delimitando geograficamente uma população (entre 3.500-4000 habitantes) de baixa renda. Outras condicionalidades para o convênio da Secretaria de Saúde com a Associação de Moradores é a filiação desta na FAMNIT e a presença na área de uma unidade de saúde de referência, conforme o decreto municipal no 17/1992. A associação é co-gestora financeira e administrativa, sendo responsável pelos contratos de trabalho e gestão dos recursos humanos, inclusive dos médicos, avaliando o trabalho com a equipe técnica e oferecendo apoio direto aos profissionais, na promoção da participação da população nas ações de saúde. (Pinheiro e Rolim, 2017, p. 117-124).

2. A segunda experiência é oriunda do marco das contradições impostas pelas mudanças no capitalismo em contraste com a redemocratização do país e a ampliação da participação das esquerdas no poder, mas também resultante das demandas acumuladas, o Movimento de Mulheres de São Gonçalo-RJ, o MMSG, que surge em 1989, derivado da organização de um grupo de mulheres por melhores condições de atendimento às suas demandas num município no qual os serviços de atendimento a população são precários, além das particularidades, como segurança do Estado frente à violência e a luta por igualdade de gênero. A partir de 1991, o movimento torna-se uma organização da sociedade civil, desenvolve programas e busca o apoio das três instâncias do executivo, formula e reivindica políticas públicas de interesse para as mulheres e seus filhos. (<http://www.movimentomulheressg.com.br>)

O Movimento está presente em espaços importantes à execução de seus projetos, buscando participar ativamente nos conselhos e espaços existentes no município de São Gonçalo, como conselhos de direitos das mulheres, da assistência social, da criança e do adolescente, assim como, no Fórum ONG AIDS, na Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente e a Rede Mulher. Participa ainda de diversas conferências como: de Educação, Saúde, da Criança e do Adolescente, e de Políticas para as Mulheres, o que exige também a participação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres e do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Em decorrência desse esforço coletivo o município foi contemplado em 1997 com a 1ª Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, que

teve continuidade até 2015, contando ao total seis conferências já realizadas, ocupando tal movimento no Brasil, um papel de vanguarda nas lutas pelo direito das mulheres no Brasil.

Essa experiência de São Gonçalo reúne algumas importantes conquistas para os/as Assistentes Sociais de acordo com o projeto ético-político profissional, como espaços fundamentais aos direitos das mulheres no segundo maior município do Estado do RJ. Em São Gonçalo, a questão urbana e a pobreza encontram-se entre as mais agudas em áreas metropolitanas do país, acompanhada de violência extrema, dividindo o território com o narcotráfico, as milícias e uma tradicional cultura de perseguição e assassinatos de lideranças políticas, sobretudo em anos eleitorais. Essa é uma região onde imperam as contradições do capitalismo e reiteram as particularidades que ameaçam em permanência a liberdade e o direito de existir dignamente dos trabalhadores, de forma geral, assim como, das organizações políticas e cívicas de negros, pobres, mulheres e comunidades LGBT.

IV - CONCLUSÃO

Nosso intuito ao concluir a pesquisa foi de aprofundar o conceito de democratização na perspectiva de Lukács por meio de um novo estudo, agora sobre algumas experiências de trabalho criativo e emancipador junto às comunidades do Rio de Janeiro, como em Niterói, São Gonçalo e o Complexo da Maré no Rio de Janeiro. Formulamos o projeto e novas atividades de aproximação da realidade estão sendo realizadas. Acreditamos que o resgate dos modelos de atuação e a participação da população após algumas décadas de trabalho, tenha deixado um legado de formação político-profissional no trabalho com as comunidades, onde a autonomia e a natureza do trabalho profissional é de fomentar a organização popular. Sabemos que o período de democratização gerou esperança em relação à participação efetiva da população e garantia da possibilidade de exercer o controle social em defesa dos interesses sociais, tendo os conselhos de direitos como espaço. Mas as representações dos movimentos sociais exercem um poder muito reduzido de fato nessa experiência de democracia representativa. A participação é reduzida às ONGS e ao poder público. Entendemos que a pesquisa sobre o trabalho profissional revele as contradições do processo democrático no contexto das

experiências apontadas. Contudo, consideramos que é necessário discutir a perspectiva de democracia popular e as possibilidades efetivas de participação dos assistentes sociais, para tal entender a contribuição do método de Marx é fundamental se a referência da categoria é o projeto ético-político profissional.

As reflexões que apresentamos sobre a evolução do pensamento político de Lukács resultaram de seu longo percurso intelectual, tendo como base fundamental as contradições do capitalismo, mediante a emergência da consciência operária enquanto classe, que necessita da dialética a partir da segunda metade do século XIX, como observa de perto Marx, para instituir uma nova cultura, o conhecimento necessário na antecipação das condições e alcance da emancipação humana no socialismo, uma “nova democracia”.

Procuramos discutir com os profissionais os termos do projeto ético-político e o método de Marx indicado por aquele como referência. Entendemos que a persistência de tais experiências, que ultrapassam duas décadas e se tornam parte da realidade e dos recursos conquistados pelas comunidades, representam um importante espaço para o desenvolvimento de experiências de pesquisa sobre a realidade de construção de uma nova realidade e uma nova cultura.

REFERÊNCIAS

INFRANCA, A. **Trabajo, Individuo, História**: el concepto de trabajo en Lukács. Buenos Aires: Herramienta Ediciones. 2005.

LUKACS, G. **Le Jeune Hegel I**. Paris: Editions Gallimard, 1981.

_____. **O Jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

_____. A responsabilidade social do Filósofo. In: _____. **O Jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 203-224.

_____. **Socialismo e Democratização**. Escritos políticos: 1956-1971. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MOVIMENTO DE MULHERES DE SÃO GONÇALO. Disponível em : <<http://www.movimentomulheressg.com.br>>. Acessado em: 15 jun. 2018.

OLDRINI, G.; Le Mythe du Jeune Lukács. In: FURLAN, P. et al. **Actes du Colloque du Goethe Institute**. Réification et Utopie. Ernest Bloch & Gyorgy Lukács. Un siècle après. Paris: Actes SUD/ Hubery Nyren Editeur, 1986. p. 115-129.

PINHEIRO, L. F., ROLIM, B. C. Programa médico de família de Niterói: instancias de participação. In : AGUIRRE, Mónica Vargas. **Territorio y Practicas Socio-culturales en Debate**: aportes desde América Latina., Buenos Aires: Colección e-200 Internacional del Conocimiento, 2017. p. 112-132.